

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL SUSEP
CIRCULAR SUSEP N.º 224/02

DATA: 11/05/2004

PARTICIPANTES:

SUSEP: Danilo Cláudio da Silva
Antônio de Sousa Beltrão
Carlos Augusto Pinto Filho
Paulo César da Costa Mendes

FENASEG: Ney Lourenço
Aline Jaguaribe
Laênio Pereira dos Santos

ANAPP: Mário Luís R. Pereira Netto

IBRACON: José Rubens Alonso
Roberto Paulo Kenedi

Abertura

A reunião foi aberta pela SUSEP, e iniciada com a leitura da ata da reunião anterior, a qual, após retificações sugeridas por integrantes da Comissão, foi aprovada por todos os presentes.

Assuntos Resolvidos

1. Questionário Trimestral - Face à exigüidade de tempo para remessa do Questionário Trimestral referente ao primeiro trimestre/2004, a ser encaminhado junto com o FIPSUSEP do mês de abril, foi comunicado pela SUSEP que, excepcionalmente, para o primeiro trimestre deste exercício, foi tornado facultativo o preenchimento das informações atinentes à questão 3, passando a ser exigido, contudo, o preenchimento daquela questão, a partir do questionário relativo ao segundo trimestre/2004. Comunicou, também, que a data para a remessa desse questionário em papel, revisado pelos auditores independentes, foi prorrogada de 31 de maio para 30 de junho/2004.
2. Manutenção do Plano de Contas – A SUSEP informou estar de pleno acordo com as propostas da FENASEG e da ANAPP para a criação de contas, no Ativo de Longo Prazo, para o registro de despesas antecipadas – operacionais e administrativas e outras, sugeridas na reunião anterior, para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 2005, já tendo registrado as alterações sugeridas.

3. Base de cálculo para efeito de tributação – A SUSEP informou que, analisando o pleito da Fenaseg, no sentido de se obter junto à Secretaria da Receita Federal permissão para exclusão, para efeito da base de cálculo de PIS/COFINS, das despesas com a regulação de sinistros, concluiu pela inviabilidade dessa proposição, pelo fato de que a Instrução Normativa SRF n.º 247, de 21/11/02, estabelece textualmente:

“Art. 28 – As empresas de seguros privados, para efeito de base de cálculo das contribuições, podem excluir ou deduzir da receita bruta o valor:

(...)

IV – referente às indenizações correspondentes aos sinistros ocorridos, efetivamente pagos...”

Aduziu, ainda, a SUSEP, que o Decreto n.º 4.524, de 17/12/2002, que também trata das contribuições para o PIS/COFINS, repetiu o disposto naquela Instrução Normativa, quando dispôs:

(...)

Art. 27 – As empresas de seguros privados, para efeito de base de cálculo das contribuições, podem excluir ou deduzir da receita bruta o valor:

(...)

IV – referente às indenizações correspondentes aos sinistros ocorridos, efetivamente pagos...”.

Dessa forma, concluiu a SUSEP não ser devida a realização de tal consulta à Secretaria da Receita Federal, posto que, sendo o assunto disciplinado por Decreto, tornar-se-ia inócua qualquer consulta que se lhe fizesse nesse sentido.

Assuntos em Discussão

1. Resseguro de previdência - A SUSEP informou que, em reunião preliminar mantida com o IRB, verificou-se que esse tipo de resseguro é assemelhado aos já existentes. Aduziu que irão prosseguir os estudos sobre a matéria, para posterior posicionamento junto ao mercado. Expôs, ainda, que, em caso de necessidade, serão procedidas as devidas alterações no Plano de Contas, ainda para o exercício de 2004.
2. Contabilização de resgates de VGBl/Vida Individual – Com relação a esse assunto, a SUSEP novamente expôs que a Instrução Normativa n.º 247/02, consoante definido no parágrafo único de seu artigo 28, e o Decreto n.º 4524/02, também disciplinando a matéria no parágrafo único de seu artigo 27, somente prevêm dedução de resgates para efeito da base de cálculo de PIS/COFINS, em se tratando de entidades de previdência. Isso se evidencia no quadro de contas que constitui o Anexo I da referida IN, onde somente é admitida a dedução da conta “Despesas com Benefícios e Resgates”,

integrante, à época, do grupo 43 do Plano de Contas instituído pela Resolução CNSP n.º 19/2000, que correspondia a operações de previdência. A FENASEG argumentou que tanto a IN quanto o Decreto pautaram-se na Resolução CNSP n.º 19/2000, no que concerne às seguradoras, conforme se verifica no Anexo I da IN e que, na época, as operações de VGBL estavam se iniciando, sendo ainda muito incipientes e que, talvez por isso seus resgates não tenham sido considerados na dedução da base de cálculo. Foi sugerido, então, que se considerassem os resgates de VGBL/Vida Individual como “restituições”, como forma de se equacionar o problema. A SUSEP comprometeu-se a levar o assunto à discussão com a Secretaria da Receita Federal, trazendo, oportunamente, o resultado dessa discussão.

3. Registro estimado de prêmios de seguro de Vida em Grupo e Transportes – A propósito da sugestão da FENASEG no sentido de que fosse considerado como opcional, ao invés de obrigatório, o registro estimado dos prêmios de seguros referentes aos ramos Vida em Grupo e Transportes, os representantes daquela Federação ficaram de melhor estudar o assunto, trazendo suas proposições na próxima reunião da comissão.
4. Dependências em todas as regiões para operar o Seguro DPVAT – Quanto à solicitação da FENASEG no sentido de se examinar a viabilidade de não se exigir que as seguradoras tenham dependências em todas as regiões, para atender exclusivamente o seguro do Convênio DPVAT, os representantes da SUSEP informaram que estarão, novamente, levando o assunto ao Conselho Diretor da Autarquia.

Próxima Reunião:

Data: 08.06.2004

Hora: 14:00

Local: Rua Buenos Aires, 256 – 12.º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Pauta:

1. Manutenção do Plano de Contas;
2. Contabilização de resgates de VGBL/Vida Individual;
3. Resseguro de Previdência;
4. Registro estimado dos prêmios de seguros referentes aos ramos Vida em Grupo e Transportes;
5. Representação de seguradora em Região onde não possua dependências;
6. Assuntos Diversos.